



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120711 - PE (2019/0346247-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : PAULO JOSE DORNELAS MACIEL (PRESO)
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE MELO SILVA SALES - PE016707
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por PAULO JOSE DORNELAS MACIEL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no HC n. 1260002096-76.2019.8.17.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente em 23/11/2017, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incs IV e V, do Código Penal – CP (homicídio qualificado). Requerida a revogação da prisão cautelar, o pedido foi indeferido.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante a Corte estadual que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR. SÚMULA 84 DO TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.

1. O feito vem tramitando com regularidade, sem indicações de que tenha havido desídia do Juiz processante, nem tampouco inércia da secretaria da vara.

2. E imperioso destacar que o excesso de prazo não pode ser interpretado como a mera contagem aritmética dos dias, mas antes, consideradas as peculiaridades de cada caso, sob o prisma da razoabilidade (Súmula nº 84 do TJPE).

3. Ordem denegada (fl. 44).

No presente recurso, alega a existência de excesso de prazo, pois o recorrente estaria acautelado preventivamente desde novembro de 2017, portanto, há mais de 1 (ano) e 8 (oito) meses, sem que houvesse o término da instrução criminal, o que malferiria seu direito fundamental à razoável duração do processo.

Requer, desse modo, o provimento do recurso para que seja declarada extinta a punibilidade pela prescrição, cassando os efeitos da sentença condenatória, bem como o recolhimento do mandato de prisão.

O Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso (fls. 82/85).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente recurso, a expedição do alvará de soltura em razão de alegado excesso de prazo no julgamento do processo, bem como a extinção da punibilidade pela prescrição.

Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que

somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Por oportuno, transcrevo o seguinte excerto do julgado realizado pela Corte estadual:

Segundo a denúncia (cópia às fls. 24/25)

[...] No dia 11 de novembro de 2017, por volta das 19:00 h, nas imediações na Rua Lígia Gomes, no bairro de Ouro Preto, nesta Comarca, o denunciado efetuou disparos de arma de fogo, com intenção de matar, contra CÍCERO DE SOUZA SILVA, que foram causa de sua morte, como demonstra o boletim de identificação de cadáver da página 13 do inquérito (homicídio doloso por meio de arma de fogo).

A vítima havia ido ao local para buscar ferramentas de trabalho, quando foi surpreendida pelo denunciado, que surgiu num automóvel e passou a efetuar disparos de arma de fogo contra ele. Desarmada e sem esperar, naquele instante, o ataque, a vítima não teve chance de defender-se.

O denunciado matou a vítima para assegurar a impunidade de outro crime, acreditando ser ela testemunha de outro homicídio praticado anteriormente. [...].

I - Alegação de Excesso de Prazo

O impetrante aduz que há excesso de prazo na formação da culpa de forma a afrontar o princípio da razoabilidade, vez que a defesa não contribuiu para o suposto atraso.

Tal alegação, contudo, não merece prosperar.

Conforme informações prestadas pela i autoridade coatora (fls. 23), analisadas em conjunto com a movimentação processual do sistema Judwin, tem-se que o crime foi praticado no dia 11 de novembro de 2017. A prisão preventiva foi decretada em 21 de novembro de 2017 e o mandado cumprido em 23 de novembro de 2017. A denúncia foi oferecida em 06 de dezembro de 2017 e recebida em 12 de dezembro de 2017. O paciente foi citado e ofereceu resposta por meio de advogado constituído em 08 de março de 2018. Foram realizadas três audiências de instrução criminal (03 de agosto de 2018, 29 de agosto de 2018 e 24 de outubro de 2018).

Na última audiência, a defesa do réu requereu as seguintes diligências:

A) Diante do depoimento da testemunha de defesa de nome IRAN roga a Vossa Excelência que officie-se a delegacia de policia (sic) que presidiu o feito para que encaminhe a seta vara o depoimento prestado naquela DP como mencionada; B) Que informe a este juízo se tramita ou tramitou naquela DP algum processo de tentativa de homicídio contra a pessoa de CÍCERO DE SOUZA SILVA, vítima dos presentes autos; C) Que seja oficiado a mesma delegacia declinada a cima para que informe se o acusado PAULO JOSE DORNELLAS MACIEL foi investigado, ou esta sendo, pelas mortes de DUDA e CANGO, bem como se a pessoa de CÍCERO DE SOUZA SILVA foi ouvido como testemunha nesses IP.D). Como é sabido estas Unidades Policiais tem seu setor próprio para investigação de homicídio que também encaminhe a esse juízo os mesmos pedidos acima

Tais pedidos foram deferidos e, atualmente, o feito encontra-se no aguardo de cumprimento para prosseguimento com a apresentação de alegações finais.

Nesse ponto, insta esclarecer que a complexidade do fato e a necessidade de saneamento de alguns incidentes, autorizam uma maior dilação do prazo para o encerramento da instrução criminal, devendo possível constrangimento ilegal ser examinado de acordo com o princípio da razoabilidade.

Oportunamente, registre-se o teor da súmula nº 84 deste TJPE: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

[...]

A hipótese em tela trata de processo criminal intrincado, em virtude da gravidade do crime apurado, pluralidade de testemunhas arroladas pela acusação, constantes pedidos de revogação da prisão preventiva, necessidade de realização de diligências o que sabidamente ocasiona atraso na marcha processual, mas sem se cogitar em excesso de prazo, já que justificado e dentro dos limites da razoabilidade.

Ante tal relato, não se verifica incidente capaz de ensejar o relaxamento da custódia cautelar.

Com estas considerações, em que pese a argumentação da defesa, entendo que não existe qualquer constrangimento ilegal por parte do Juízo de Direito (fls. 46/49).

A meu ver, o processo tem seguido regular tramitação, haja vista que a prisão preventiva do recorrente foi decretada em 7/6/2017, sendo a ordem cumprida em 23/11/2017. Apresentada a denúncia pelo *Parquet* em 6/12/2017, que foi recebida em 12/12/2017, foram realizadas diversas audiências, em 3/8/2018, 29/8/2018 e 24/10/2018. O juízo de primeiro grau, à fl. 23, informa que houve dificuldade em localizar as testemunhas da acusação. Verifico, ainda, em consulta ao sítio do Tribunal de origem, que em 5/12/2019 o feito aguardava o cumprimento das diligências requeridas pela defesa, consignada em ata da última audiência realizada, para prosseguimento com a apresentação de alegações finais pelas partes e em 28/2/2020 consta que foi juntado aos autos o laudo de perícia tanatoscópica da vítima, sendo a Direção do Instituto de Criminalística intimada para que, no prazo de 10 dias, proceda com a realização de perícia de microcomparação balística, entre os projéteis colhidos do corpo da vítima, conforme os termos do laudo tanatoscópico a ser juntado e a arma de fogo apreendida, e, após o cumprimento integral das diligências, as partes serão intimadas para alegações finais.

Dessa forma, vê-se que o processo segue seu curso regular, não havendo que se falar em desídia do Magistrado condutor, que tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA

CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. TRÊS RÉUS COM PROCURADORES DIVERSOS. PRECATÓRIAS. AUDIÊNCIAS REALIZADAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

V - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

VI - In casu, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão das peculiaridades da causa, que investiga crime de tráfico de drogas, com três réus, com advogados distintos; seja pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade da expedição de cartas precatórias bem como pela necessidade de realização de diversas audiências, nas quais já foram ouvidas várias testemunhas, estando marcada audiência de conclusão da instrução para data próxima, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Habeas corpus não conhecido (HC 507.702/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. INSTRUÇÃO ENCERRADA E ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS. TRANSCURSO CONFORME O PRIMADO DA RAZOABILIDADE. RHC NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

2. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

3. Não há clara mora estatal em feito criminal com prisão efetivada em 9/9/2016, denúncia em 21/10/2016, expedição de precatórias, com audiências já realizadas, instrução encerrada, ofertadas as alegações finais, faltando apenas a manifestação do corréu quanto à duplicidade de peças juntadas para a conclusão do feito a julgamento.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 109.337/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. DROGAS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito imputado ao paciente, com destaque para a variedade, quantidade e a nocividade dos entorpecentes apreendidos (22,1g de crack, um tijolo de maconha, pesando 410g e 2 invólucros plásticos contendo cocaína, totalizando 240g .)

4. Esta corte há muito sedimentou o entendimento de que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo que eventual extrapolação dos prazos processuais não decorre da simples soma aritmética. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.

5. Não há como reconhecer o direito de relaxamento da prisão, pois não se verifica qualquer desídia do magistrado na condução do processo em questão, que tem tido regular tramitação, inclusive tendo audiência próxima designada, conforme consulta junto ao sítio eletrônico do TJSP.

6. Eventual demora para a conclusão do feito estaria justificada em razão das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista a complexidade do processo, diante da pluralidade de réus e de diversas testemunhas, além da necessidade de expedição de carta precatória.

7. Constrangimento ilegal não caracterizado.

8. Habeas corpus não conhecido (HC 391.902/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/05/2017).

Por fim, não há que se falar em extinção da punibilidade pela prescrição, haja vista que, não tendo sido proferida sentença no feito, e considerando-se que a pena máxima em abstrato cominada ao crimes de homicídio é de 20 anos de reclusão, tem-se que o prazo prescricional, *in casu*, é de 20 anos, conforme o disposto no artigo 109, inciso I, do Estatuto Repressivo, lapso temporal que não transcorreu entre a data do fato, que ocorreu em novembro de 2017 e o recebimento da denúncia, que se deu em 12/12/2017.

Ante o exposto, nego provimento ao presente recurso em presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator